



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002074-69.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Ana Maria Jafelicci**
 Requerido: **Tele Star Telefonia e Eletrônica Ltda. - ME**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Humberto Isaias Gonçalves Rios**

Vistos.

ANA MARIA JAFELICCI move a presente ação indenizatória contra **TELESTAR TELEFONIA ELETRÔNICA LTDA** e **FABRÍCIO OLIVEIRA DIAS**.

Relatório dispensado, nos termos da lei.

Fundamento e Decido.

A princípio, vislumbra-se que o corréu Fabrício ingressou voluntariamente no feito, deixando, entretanto, transcorrer “in albis” o prazo para apresentar contestação, bem como não compareceu em audiência designada, apesar de devidamente citado e intimado (fls. 35 e 68). Anote-se.

Contudo, tendo a empresa corré apresentado contestação (fls. 69/87), o reconhecimento da revelia do corréu Fabrício, na hipótese, não acarreta a presunção de veracidade dos fatos afirmados pela autora, nos termos do art. 345, I, do CPC.

Quanto a ilegitimidade passiva suscitada, a mesma não comporta acolhida. Isto porque, no caso, apesar de a ré afirmar ser pessoa jurídica distinta da prestadora de serviços apontada (corréu “Fabrício Oliveira Dias”), a mesma confessa o equívoco do anúncio e nota fiscal onde constam a sua razão social, bem como não refuta a afirmação de que são integrantes do mesmo vínculo familiar, além de afirmar sobre o cancelamento da cobrança de boleto decorrente dos serviços prestados à autora. Ou seja, além da inequívoca e confessa confusão criada ao consumidor, ora autora, por se apresentarem como empresas com o mesmo objeto, não se revela de fácil compreensão a distinção da atividade de cada uma, incidindo na hipótese a “teoria da aparência”, sendo irrelevantes as relações jurídicas estabelecidas entre elas, possibilitando, portanto, à autora voltar-se contra uma ou todas elas.

Ademais, no caso ora em análise, a relação estabelecida é nitidamente de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min

consumo, a atrair a incidência do Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se, pois, a inversão do ônus probatório, nos termos do art. 6.º, inciso VIII, do CDC.

Caracterizada a existência de uma relação de consumo entre as partes e a qualificação dos réus como fornecedores de serviço, temos, no caput do artigo 14 do CDC a disposição de que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços.

Na hipótese, restou incontroversa a divulgação e contratação dos serviços para instalação de sistema de câmeras no imóvel da autora, demonstrados pelos documentos juntados na inicial, confirmados pela ré, assim como a instalação de aparelho de alarme de marca diversa da proposta ofertada e contratada (03/04 e 83/84).

Assim, na medida em que a ré não nega a contratação e a instalação de aparelho diverso, ao contrário, a corrobora com a confirmação na contestação (fls. 83), revela-se demonstrada a falha da empresa no não cumprimento da oferta, restando aferir a pertinência dos pedidos formulados pela autora.

É certo que a oferta obriga o fornecedor e, em caso de recusa, assiste ao consumidor o direito de *“rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta, apresentação ou publicidade”*, conforme alude o artigo 35, inciso III, do CDC. Dessa forma se perfaz de pleno direito da autora à exigência de rescisão contratual (cujo pedido está implícito na inicial), com a restituição da quantia antecipada.

Quanto aos danos morais, verifica-se que a situação vivenciada pela autora não transcendeu o mero dissabor inerente à vida cotidiana, vez que, ainda que por aparelho diverso, usufruiu do sistema de câmeras contratado desde dezembro de 2017 (fls. 03), e a mera cobrança indevida não gera ofensa ao direito de personalidade, da qual, aliás, consta que foi cancelada pela ré (fls. 72), o que não restou posteriormente impugnado pela autora.

Embora tenha a autora dito na inicial que contactou a ré para solicitar informações, não demonstrou ao menos que tentou resolver a situação administrativamente, não havendo sequer um protocolo no sentido de pleitear a troca do equipamento e a abstenção da cobrança. Aí sim, quando demonstrado o desrespeito para com o consumidor, pode-se falar em dano moral, que não é o caso dos autos.

Por fim, não há que se falar em litigância de má-fé, vez que ausente a comprovação de dolo processual por parte dos réus.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min

No tocante aos danos materiais no imóvel da autora, decorrentes da instalação dos serviços contratados nos autos, certo é que esta controvérsia necessita de realização de prova pericial, incabível no âmbito do Juizado Especial. Dessa forma, necessária a extinção do feito quanto a este pedido. Nesse sentido:

“Recurso inominado – Obrigação de Fazer c.c Danos Materiais. - Demanda a realização de perícia para elucidação da controvérsia – Incompetência dos Juizados Especiais Cíveis, nos termos do artigo 3.º, caput, c.c. artigo 51, II, ambos da Lei 9.099/95. Provimento ao recurso – Sentença reformada – Extinção do feito.” (TJSP; Recurso Inominado 1003118-89.2016.8.26.0653; Relator (a): Paulo Rogério Malvezzi; Órgão Julgador: Turma Recursal Cível e Criminal; Foro de Araraquara - 2.ª. Vara Cível; Data do Julgamento: 29/06/2018; Data de Registro: 22/08/2018).

Ante o exposto, julgo **EXTINTO** o feito, sem resolução de mérito, quanto ao pedido de danos materiais no valor de R\$1.100,00 (mil e cem reais – fls. 18, item “c”, parte inicial), nos termos do artigo 51, II, da Lei nº 9.099/95.

Quanto ao mais, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** a ação para declarar rescindindo o contrato de prestação de serviços e instalação do equipamento mencionado na inicial, bem como para condenar os réus, solidariamente, ao pagamento, em favor da autora, da importância de R\$2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), com correção monetária desde a data do desembolso (fls. 03) e juros moratórios legais de 1% ao mês, desde a citação, devendo a autora devolver o equipamento após o depósito do valor pelos réus.

Não há condenação nas verbas de sucumbência (art. 55 da Lei n. 9.099/95). O recurso cabível é o inominado (art. 41 da lei n. 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da lei 9.099/95 e art. 4.º, I e II da lei estadual n. 11.608/03, conforme a lei n. 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesps (o que for maior), mais 4% da condenação ou cinco Ufesps (o que for maior).

Por força do art. 52, III, da lei n. 9.099/95, a parte vencida desde já fica ciente: 1) incidirá multa de 10% sobre a condenação se não for paga em quinze dias após o trânsito em julgado, mediante oportuna intimação, conforme art. 523 do CPC; 2) se o débito não for pago, o nome do devedor poderá ser anotado no SPC, e poderá ser expedida certidão para protesto da sentença condenatória (art. 517 do CPC).

Após o trânsito em julgado, em caso de depósito para cumprimento da condenação (antes de instaurada a execução), seguido de concordância (ou silêncio) da parte credora a respeito, expeça-se mandando de levantamento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 17h00min

Retifique-se o polo passivo da lide, com a inclusão do réu FABRÍCIO OLIVEIRA DIAS.

P.I.

Araraquara, 14 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**